

Choque heterodoxo é a solução?

Economia Brasil

JUAN CARLOS LERDA

O Pacote Econômico de novembro (PE) equivale à implementação, pela metade, do Plano Austral (PA). Tudo indica que o governo vai, num futuro próximo, completar as restantes medidas do experimento argentino. No entendimento de que isto não seria o melhor interesse da sociedade nem da economia brasileira, parece oportuno iniciar um processo de avaliação crítica enquanto ainda é tempo.

Nossa oposição ao "choque heterodoxo" se fundamenta nos seguintes pontos: (1) Ele não mexe com a restrição fundamental imposta pelo endividamento do setor público, causa principal dos desequilíbrios que se procuram corrigir; (2) Pelo contrário, ele submete a economia e a sociedade às limitações impostas por tal restrição, de maneira análoga ao que vinha sendo feito com o programa "ortodoxo" do FMI; (3) Sua implementação serve apenas para viabilizar, por mais algum tempo, a transferência de renda real exigida pelos credores externos e internos do setor público, desconsiderando os elevados custos econômicos e sociais que a "solução" do problema da transferência provoca; (4) Fora o alívio passageiro e superficial resultante do congelamento geral de preços e salários, seus proponentes e implementadores não têm a mais vaga idéia do que fazer após alguns meses de glória efêmera promovida pelo "éxito" inicial do programa; (5) O diagnóstico de que a inflação é inercial, isto é, que a inflação corrente é determinada pela inflação passada, parece sugerir que estamos em presença de um mau costume social que requer um corretivo (o "choque heterodoxo"), após o qual teríamos salvo novos choques — estabilidade de preços. Tal diagnóstico mascara o fato fundamental de que um processo inflacionário reflete a existência de uma incompatibilidade distributiva que se alastrou no tempo. E a persistência temporal de tal inconsistência distributiva que explica de maneira geral a inflação de hoje e a de ontem. A "explicação" inercialista desloca o foco das atenções na direção de um fenômeno meramente estatístico (a tendência), em detrimento do substrato econômico-político da inflação (as mudanças em preços relativos associados com a existência de um conflito distributivo).

Apesar de que a prudência aconselharia aguardar uma avaliação mais completa do experimento argentino, vários motivos podem levar o governo a implementar as medidas ainda não efetivadas do Plano Austral. Entre eles se conta: (1) a consciência da aceleração inflacionária hoje em curso (a mentira piedosa de uma inflação esperada de 160% não mais se sustenta); (2) o efeito demonstração do "éxito" argentino em reduzir o registro da inflação de maneira fulminante; (3) o óval que, compreensivamente, o mundo financeiro vem dando ao Plano Austral; (4) a presença no governo de alguns destacados economistas ligados à gênese da hipótese da inflação inercial, apoiados por antigos críticos desta tese que, à falta de melhores alternativas, parecem ter a ela aderido na condição de retardatários; (5) a conveniência política de o governo poder introduzir os ajustamentos econômicos exigidos pela comunidade financeira internacional mediante um plano dito "heterodoxo" que pode ser vendido como alternativa tupiniquim

à destestada "ortodoxia" do FMI.

Quais são os principais componentes do Plano Austral? Basicamente os seguintes: (A) uma verdadeira "blitz" fiscal (incremento de alíquotas e ampliação da base tributária, empréstimo compulsório, redução nos prazos de recolhimento, elevação real de tarifas e preços públicos etc); (B) moderada redução dos gastos correntes do governo; (C) congelamento geral de preços e salários por tempo indeterminado (precedido de uma maxidesvalorização e de um "tarifaço"); (D) compromisso de não emitir moeda para financiar o déficit do governo; (E) reforma monetária compatível com as necessidades de uma economia indexada.

Como sabemos, o pacote econômico de novembro, agilmente aprovado pelo Congresso, toma conta de (A) e (B). Em relação a (C) o Conselho Monetário Nacional aprovou algo que poderia ser visto como a variante dinâmica do congelamento geral, isto é, a correção de salários, câmbio e ativos financeiros segundo a variação de um índice comum (IPCA). Temos assim que PE = 0,5 PA. A outra metade do PA, ainda para ser implementada, consistirá do efetivo congelamento geral. O compromisso de não emissão e a reforma

bre uma eventual correção salarial de 5-6% a partir de janeiro; (5) uma brutal elevação nas taxas de juros reais (no segmento livre do mercado financeiro), situadas entre 40-70% a.a. (sendo que alguns bancos estaduais captam recursos pagando até 12% a.m. de juros nominais); (6) uma monumental transferência de recursos do setor produtivo com liquidez para o setor financeiro (estima-se em 1,5 bilhão de dólares o que foi transferido desde o início do PA), acompanhada de sensível redução nos investimentos e aumentos nos coeficientes de endividamento das empresas estatais deficitárias e do setor privado mais afetado pela recessão; (7) após seis meses de congelamento rígido de salários (e não tão estrito de preços) praticamente todos os agentes privados (exceto o setor financeiro) aguardam impacientemente a hora de recuperar as perdas acumuladas. O conflito distributivo permaneceu intocado e a equipe econômica não tem idéias concretas sobre como promover o "descongelamento" sem que a inflação reprimida reapareça, destruindo a ilusão de que o "choque heterodoxo" constitui uma engenhosa fórmula técnica capaz de resolver um problema densamente político. A última cartada desta solução tecnocrática é o apelo que o Presidente Alfonsin acaba de lançar em favor de um pacto político e social que permita "escapar de confrontações selvagens e de luta de todos contra todos". E bem possível que o prestígio e liderança indiscutível do Presidente consiga, por mais algum tempo, arrefecer as aspirações de inúmeros agentes que implicitamente desaprovam a solução do "choque heterodoxo" para o problema da transferência. Que esta última não foi consentida fica evidente quando se observam as pressões setoriais por recuperar o que — no melhor dos casos — consideram um empréstimo, a cuja devolução se julgam com direito. Como explicar-lhes que se tratou de uma doação (transferência) definitiva? Pior ainda: como explicar a tais setores que volumosas transferências continuariam a ser necessárias por tempo indefinido, enquanto não se encontre uma solução para o problema do endividamento público externo e interno?

O "choque heterodoxo" não é uma solução para o processo inflacionário, posto que não ataca a questão subjacente que lhe dá origem e o realimenta. Isto é, uma persistente inconsistência entre as aspirações da sociedade e as possibilidades da estrutura produtiva. E tanto não é solução que seus implementadores temem ante a perspectiva do que possa ocorrer quando o inevitável "descongelamento" tenha lugar. Nessa hora da verdade correm atrás de uma "solução política" do tipo pacto Social, tendo que reconhecer que as soluções técnicas de problemas essencialmente políticos, como a mentira, têm pernas curtas. Enquanto a inéria inflacionária for vista como um fenômeno estatístico e não como reflexo da persistência de inconsistências distributivas, não faltarão propostas de corte tecnocrático para "apagar a memória inflacionária do sistema".

monetária.

O que ensina a experiência argentina? (1) uma abrupta queda inicial na taxa de inflação registrada, como resultado de um congelamento geral de preços e salários. Após cinco meses a variação mensal do IPC começa a mostrar algum dinamismo (2,4% em novembro, que anualizados correspondem a um patamar de 33% a.a.). A inflação projetada pelo governo para 1986 é de 26%, bastante menor que a esperada pelo setor privado (60-80%); (2) um aprofundamento da recessão (a variação anualizada do PIB sobre uma base trimestral, foi de -1,4% no 1º trimestre de 1985, -3,4% no 2º, e de -5,0% no 3º, sendo que neste último — correspondente ao início do PA — a produção industrial caiu em 18% e a construção civil em 6,6%); (3) agravamento do problema do desemprego e subemprego (o "trabalho precário" na área metropolitana de Buenos Aires corresponde a 25% da força de trabalho); (4) o poder de compra do salário caiu desde o início do PA entre 15-20% (de acordo com os registros oficiais que — como em outros lugares — contabiliza as variações de preços autorizadas oficialmente e não as que se observam no mercado). A grande discussão atual é so-

O autor é PhD em Economia pela Universidade de Harvard e professor de Economia da Universidade de Brasília